

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Curso de Graduação em Ciência Política

LudmyllaBoechat de Andrade

**Os elementos lusitanos do *ethos* brasileiro em Gilberto Freyre e Sérgio
Buarque de Holanda**

Brasília

2014

LudmyllaBoechat de Andrade

**Os elementos lusitanos do *ethos* brasileiro em Gilberto Freyre e Sérgio
Buarque de Holanda**

Trabalho apresentado no Curso de
Graduação em Ciência Política na
Universidade de Brasília

Orientador Dr. Paulo César Nascimento

Brasília

2014

Viva o Brasil, onde o ano inteiro é primeiro de Abril.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade identificar os principais elementos culturais enraizados na sociedade brasileira desde o domínio luso pelo pacto colonial, percebidos pelos autores Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Ambos trazem de maneira lúcida e sucinta o tema, tratando de aspectos raciais do branco português, assim como as principais características de seu padrão de colonização imposta nas terras recém-descobertas. A partir disso, faz-se um paralelo entre as duas principais obras abordadas, buscando-se pontos de concordância e discordância.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. DESENVOLVIMENTO	Ошибка! Залкада не определена.
2.1 O Senhor de terras português: Principais atributos lusitanos em Gilberto Freyre.....	7
2.2 As feitorias brasileiras: Principais características da colonização portuguesa em Sérgio Buarque de Holanda	14
2.3 O joio e o trigo: semelhanças e diferenças entre os autores trabalhados	22
3. CONCLUSÃO	29
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

1. INTRODUÇÃO

A atual composição do sistema social brasileiro trás problemáticas com raízes mais profundas do que o superficial patriarcalismo, bandeira do mal do século no Brasil. A partir das exposições de Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, e Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, é possível se traçar um contorno histórico da formação sociocultural brasileira, abordando também expectativas para o futuro da Nação.

Autores contemporâneos, na figura dos dois e seus *backgrounds* nasce a dicotomia de suas obras: Sérgio Buarque de Holanda era paulista, cresceu em ambiente urbano, enquanto Gilberto Freyre era membro honorário da aristocracia nordestina e teve desde cedo contato com o ambiente rural. O primeiro era modernista, participando assim da semana de arte moderna de 1922; o segundo defendia tenazmente a oligarquia ruralista da qual pertencia.

Este trabalho busca traçar um paralelo entre estas duas realidades brasileiras retratadas nas obras principais de Freyre e Holanda, trazendo uma dinâmica de comparação e análise acerca dos temas de colonização e suas idiossincrasias, tratamento racial no tripé brasileiro (brancos, índios e negros), formas de produção à luz da monocultura desenvolvida mais vastamente, entre outros.

O objetivo deste trabalho é a busca de um aparato que compreenda o *ethos* brasileiro a partir da presença maciça do colonizador branco português e suas ações civilizadoras desde o descobrimento das novas terras, que culminaram no aparelhamento da sociedade atual. Para tal, serão feitas ponderações a partir dos livros citados acima, buscando-se um panorama dos principais aspectos responsáveis pelos vínculos sócio-institucionais.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O Senhor de terras português: Principais atributos lusitanos em Gilberto Freyre

A primeira ideia que se tem ao ler Gilberto Freyre, quanto à descrição das peculiaridades portuguesas em sua própria terra de origem e no ato de ocupação do Novo Mundo, é o contraste opositivo que o mesmo faz ao expor certo equilíbrio entre o que ele chama de plasticidade – uma determinada falta de concepção de raça branca soberana – que seria assaz suficiente para que houvesse a prática da miscigenação, não só racial como cultural.

Percebe-se notório conhecimento acerca da formação histórico-cultural lusitana por parte do autor, em suas mais diversas colocações que tangem a interpretação de valores culturais e sociais. A priori, Freyre descreveu os portugueses, à exceção dos localizados mais ao Norte, como povo cujo sangue já trazia em si incutido indícios árabes e africanos, provindos das invasões tidas como bárbaras, entre outros fatores históricos.

As dimensões abrangidas pelo autor sempre propunham a diferenciação entre portugueses e os demais europeus, propondo que estes eram mais amorenados pelo contato nada efêmero com os árabes na própria península ibérica, assim:

A influência africana fervendo sob a europeia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando ainda hoje em regiões de gente escura;[...] (FREYRE, 1963, p. 70).

Além de fatores devidamente físicos e biológicos pontuados, o autor cita características comportamentais do povo lusitano que angariaram particularidades que perenemente se difundiram aos colonizados até os dias atuais. Uma delas seria a facilidade de corromper as doutrinas, fugir dos padrões germânicos tidos como duros, até mesmo contornar as teorias canônicas e costumes do Cristianismo. Traçando-se um breve paralelo ao que Roberto DaMatta traz em sua obra *O que faz o Brasil, Brasil?*, poderiam ser percebidos traços culturais deveras similares ao apresentados por Gilberto Freyre logo no início de sua

dissertação. Da Matta explana que, devido a essa provável herança que os brasileiros receberam dos colonizadores lusos, a sociedade brasileira se estabeleceu de forma a criar normas rígidas, que por sua inflexibilidade, tendem a ser desconsideradas ou mal interpretadas, havendo, desse modo, um atrito entre leis que devem valer para todos e relações que evidentemente só podem funcionar para quem as tem (DaMatta, p. 60). Por isso:

O resultado é um sistema social dividido e até mesmo equilibrado entre duas unidades sociais básicas: o indivíduo (o sujeito das leis universais que modernizama sociedade) e a pessoa (o sujeito das relações sociais, que conduz ao pólo tradicional do sistema) Entre os dois, o coração dos brasileiros balança. E no meio dos dois, a malandragem, o “jeitinho” e o famoso e antipático “sabe com quem está falando?” seriam modos de enfrentar essas contradições e paradoxos de modo tipicamente brasileiro(DAMATTA, 1986, p. 60).

Gilberto Freyre retoma, então, através dos estudos de Ferraz de Macedo, a definição do português não como unidade, mas mescla de culturas intercontinentais cujas distancias geográficas só são perpassadas pelas distinções de credo, chegando a conclusão de que há falta de um padrão dinâmico determinado. Assim, apesar de encontrados fatores comuns aos cidadãos portugueses,não haveria definição que coubesse, ou englobasse, uma generalidade de costumes – hábitos, aspirações, vícios, etc.

Considerado no seu todo, o caráter português dá-nos principalmente a ideia de “vago impreciso”, pensa o crítico e historiador inglês Aubrey Bell; e essa imprecisão é que permite ao português reunir dentro de si tantos contrastes impossíveis de se ajustarem no duro e anguloso castelhano, de um perfil mais definidamente gótico e europeu(FREYRE, 1963, p.72).

A partir de todo esse paradoxo no qual o indivíduo luso estava tão intrinsecamente inserido, deu-se a formação do povo brasileiro; uma gênese regada a antagonismos e desarmonias que culminou em uma composição *sui generis*de sociedade. Além disso, o fator predominante que acalentou a colonização portuguesa nas terras do Novo Mundo foi, para o autor, a miscibilidade, pois nenhuma outra gente excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses (Freyre, p. 74).

As circunstâncias primordiais do êxito português em seus empreendimentos coloniais foram sem sombra de dúvidas a miscibilidade, citada previamente, e a mobilidade. A segunda veio a complementar a primeira, de modo que a mobilidade fizesse a multiplicação de um povo que inicialmente era apenas um número ínfimo, fato que só foi possível devido à alta miscibilidade dos lusitanos. O autor traz a ideia de que a nobreza portuguesa nunca fora uma aristocracia fechada, “o que vem a reforçar a nossa convicção de ter sido a sociedade portuguesa móvel e flutuante como nenhuma outra, constituindo-se e desenvolvendo-se por uma intensa circulação tanto vertical como horizontal de elementos ou mais diversos na procedência” (FREYRE, 1963, p. 271).

Outra condição que acabou por favorecer o povo da menor porção da península ibérica, além das duas já citadas, foi a elevada aclimatabilidade. Segundo o Freyre, devido ao clima e aspectos geofísicos, o pequeno país Portugal deveria ser localizado mais coerentemente na África e não na Europa; fator que assistiu o povo luso a se readaptar sem maiores dificuldades ao clima tropical do Hemisfério Sul, não apenas na América.

O autor traz também a concepção do português como brando e afável, comparando-o a outros europeus de modo a enfatizar que a falta de imposições bruscas e fortes vertentes moralistas, como caracterizou os anglo-saxões, ou o punho guerreiro de um espanhol (Freyre, p. 245). Apesar disso, a inconstância e a contradição perpetuaram seu reinado no íntimo do indivíduo lusitano, que apesar de todas as medidas facilmente consideradas anti-humanistas na atualidade que engendrou contra os povos negros e até mesmo indígenas, foi o colonizador europeu que mais se conciliou com as ‘raças inferiores’.

Assim, de maneira paralela à imensa violência e perversão inerente a toda sociedade escravocrata, haveria um componente de proximidade, explicando o caráter sincrético da nova cultura brasileira de forma que pode ser considerada opositiva à pureza da cultura grega antiga que quase não foi tocada pelas culturas dominadas. Esse componente de proximidade entre senhor e escravo é visto pelo autor como influência cristã, o qual se contraporía polarmente com o elemento despótico oriental herdado dos mouros, como dois aspectos da bicontinentalidade portuguesa.

O português traz consigo, ainda, certo repúdio ao espanhol, que corroborou suas próprias práticas imperialistas e independentes. Mesmo ódio que destilou sobre os bugres e hereges, pois, segundo Freyre, haveria uma falta de consciência de superioridade da raça, presente em demais colonizadores (a exemplo dos ingleses), e por isso “o colonizador do

Brasil apoiou-se no critério da pureza da fé” (FREYRE, 1963, p. 251). O autor contrapõe a ideia de que o português teria qualquer fator menor de xenofobia no âmago do seu ser, caracterizando os lusitanos como os mais liberais da Europa e justificando as guerras aos indígenas com o argumento de que não era o sangue em si que era defendido mas a fé, que mais tarde insuflou a ortodoxia à unidade política. Freyre repete por diversas vezes que “o catolicismo foi realmente o cimento de nossa unidade” (FREYRE, 1963, p. 93), fato que causou discordância entre a condução política das oligarquias patriarcais recém-formadas e os conluíus clericais, que demandavam a escravidão também de povos indígenas.

A explicação sociológica para a origem desse pecado original da formação social brasileira, para Gilberto Freyre, exige a consideração da necessidade objetiva de um pequeno país como Portugal solucionar o problema de como colonizar terras gigantescas: pela delegação da tarefa a particulares, antes estimulando do que coibindo o privatismo e a ânsia de posse. Para o autor, é de fundamental importância para a compreensão da singularidade cultural brasileira a influência continuada e marcante dessa semente original. Assim sendo, os portugueses vislumbraram no Brasil uma oportunidade para mudar de vida, no meio de mulheres nuas e do aclamado clima tropical. Por isso, vieram em larga escala por vontade própria, não trazendo para a nova colônia separatismos políticos ou divergências religiosas, visto que para ser admitido nas novas terras era imprescindível ser cristão-católico para adquirir sesmarias. Apesar da sonhada mudança de vida, não eram observados laços veementes entre os lusitanos e a nova terra conquistada, muitas vezes parecendo que o zelo que estes possuíam pelas doações seria o mesmo que teriam por uma casa de veraneio, sem qualquer responsabilidade mais pungente para com as recentes posses.

A despeito de todos estes pormenores e sua alta probabilidade de causar uma retração aguda na personalidade lusitana, quando comparada, por exemplo, aos extremos expansionistas britânicos, o resultado foi o contrário do esperado: envenenam-se os portugueses com uma declarada mania de grandeza. Reflexo deste, mais uma vez paradoxal, traço luso seriam as primeiras colônias do Brasil, cuja aristocracia exacerbada beirava a caricatura de um senhor feudal com complexo de superioridade, possuindo a maior quantidade de homens negros e acres de terra que conseguisse. Dessa forma, Freyre aborda a formação político-social, incorporando o papel central de latifundiário ao empreendedor português e ao latifúndio de cunho primordialmente exportador, fruto de uma divisão icônica das terras brasileiras, a sustentação de todo o esse primeiro sistema econômico.

Além disso, um outro atributo que se esboça na obra *Casa Grande & Senzala* é o papel da família como nexos principais da organização social brasileira; as instituições domésticas, constituídas pela família patriarcal e não pelo Estado, teriam papel basilar no período colonial. Assim sendo:

Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia (FREYRE, 1963, p.87).

A ideia prevalente seria a de que o senhor em si, imerso em um profundo sistema escravocrata, não seria parte naturalmente alicerçada da nação. O sistema estaria, então, em foco, trazendo ainda o negro como vítima da situação, justificando ineditamente a escravidão não por uma desigualdade entre os seres humanos em função da raça, mas sim pela própria imersão no processo social de dominação de um povo sobre outro. “Os meios e as circunstâncias exigiram o escravo” (FREYRE, 1963, p. 252).

Gilberto Freyre deu ao latifúndio açucareiro a atribuição de consolidador da sociedade patriarcal, assim defendendo, através de diversas referências às formas econômicas sobre a sociedade e a cultura, que a comunidade brasileira distinguiu-se não pela grande propriedade escravocrata em si – existente, aliás, em outros países como os Estados Unidos da América – mas sim pela peculiaridade da família patriarcal, que seria um produto exclusivamente brasileiro.

Freyre afirma nas primeiras páginas da obra aqui analisada, aproximadamente em 1532, data do marco da organização econômica e civil do Brasil, quando os portugueses, que já possuíam cem anos de experiência colonizadora em regiões tropicais, abraçaram o desafio de mudar a empreitada colonizadora comercial e extrativa de maneira mais permanente e estável da atividade agrícola. As bases dessa empreitada seriam: no aspecto econômico, a agricultura da monocultura baseada no trabalho escravo, e no aspecto social, a família patriarcal recém fundada. Na política e na cultura essa sociedade estaria fundamentada no particularismo dessa família patriarcal, única e exclusivamente brasileira; a jabuticaba da

colonização. O chefe da família e senhor de terras e escravos era autoridade absoluta nos seus domínios, dispendo de altar dentro de casa e exército particular nos seus territórios.

É importante compreender as rudimentares estruturas sociais centralizadas na pater família do Novo Mundo em formação para perceber o quão assentado está o caráter patriarcal na sociedade brasileira, com sua raiz pivotante abissal pouquíssimo ramificada, que não permitia e ainda na atualidade não permite alterações profundas no fundamento basilar constituído há quase 500 anos atrás. O patriarcalismo apresentado por Freyre estabelece um centro distinto e bem delineado, com extraordinária influência: a família como líder sensível da organização social do Brasil colonial. Dado o feitio mais ritual e litúrgico do catolicismo português, acrescido no Brasil do elemento de dependência política e econômica em relação ao senhor de terras e escravos, o patriarcalismo familiar pôde desenvolver-se sem limites ou resistências materiais ou simbólicas.

A consequência política e social das tiranias privadas que paulatinamente foram consolidadas, quando observadas na esfera da família para a esfera pública das relações políticas e sociais, torna evidente na dialética de mandonismo e autoritarismo de um lado, das elites mais precisamente, e no populismo e messianismo das massas por outro. Dialética essa que iria, mais tarde, assumir formas múltiplas e mais concretas nas oposições entre doutores e analfabetos, grupos e classes mais europeizadas e as massas ameríndia e africana e assim por diante. A família era o mundo e, até, em grande medida, portanto, o além-mundo. Além da base econômica e política material, o catolicismo familiar (FREYRE, 1963, p. 223). É curioso tratar da formação mais primordial do culturalismo brasileiro, em suas mais primitivas matrizes, porque pode-se perceber claramente que a evolução da sociedade oriunda de sangue luso, além de caminhar em marcha lenta e quase retrógrada, tange a uma involução nas áreas geográficas onde ocorreu a gênese do “familismo”, ou como a posteriori seria tratado de coronelismo. A marca estrutural da hipertrofia privada na figura do coronel continua vigorante até a atualidade nas regiões nordestinas da monocultura da cana-de-açúcar.

Freyre trata a monocultura latifundiária escravagista como uma das razões principais da individualidade e enfermidade do país, ressaltando a ideia de um rodízio de protagonistas que a princípio na era colonial era um núcleo composto pelo senhor de engenho e todas as camadas de sua família quase castificada, que incluía até mesmo escravo negro; e sua substituição pós-modernização do Estado pelos donos de fábricas, usinas e seu proletariado. Para o autor a nomenclatura usual foi alterada, mas o sistema ainda é o mesmo.

Este e diversos fatores que trouxeram à *Casa Grande e Senzala* status de obra de escopo atual que trata de assuntos do passado histórico do Brasil, a formação da sociedade patriarcal que influenciou o país não apenas do ponto de vista da estrutura político-econômica, mas no quadro das mentalidades coletivas.

De modo geral, Gilberto Freyre traz a perspectiva do português como grande homem cujas virtudes heroicas foram capazes de sintetizar, não só na América como na África e na Ásia, sociedades cosmopolitas frutos de “sua extraordinária riqueza e variedade de antagonismos étnicos e de cultura” (FREYRE, 1963, p. 254). O senhor de terras e escravos era um hiperindivíduo, usando a designação “hiper” para que não se confunda com o superhomem de Nietzsche, ser autônomo cujo autoritarismo voltado a si próprio o faz obedecer aos valores que cria. A ideia latente é a de um super-homem do passado, um bárbaro sem qualquer noção internalizada de limites em relação aos seus impulsos primários. O autor se mostra de maneira sempre positiva quando se refere ao colonizador português, que mesmo apesar de tantos pesares considera, como traz Jerry Dávila em seu artigo *Raça, etnicidade, e colonialismo português na obra de Gilberto Freyre*: “Freyre chegou a comentar que depois de Cristo ninguém tinha contribuído mais que o português para a fraternidade dos homens” (FREYRE, 1963 apud DÁVILA, 2010). Assim, em concordância com os escritos de Dávila, o apoio à consciência étnica portuguesa se manifesta de diferentes formas na obra de Gilberto Freyre, algumas vezes de forma incondicional, afinal este posicionou os lusitanos logo após a figura de Jesus Cristo.

2.2 As feitorias brasileiras: Principais características da colonização portuguesa em Sérgio Buarque de Holanda

No primeiro capítulo de seu ensaio, Sérgio Buarque de Holanda explana que os países Ibéricos faziam fronteira entre a Europa e o mundo através do mar, condição que ele trata como causadora de uma menor “europeização” quando comparados aos demais países. Por ficarem à margem da parcela continental europeia é que foram mais habilitados ao pioneirismo nas empreitadas náuticas. Além disso, para os países da península Ibérica, cada homem deveria ter autonomia e depender de si próprio, cultivando um certo sentimento geral de anarquia, pois “as teorias negadoras do livre arbítrio foram sempre encaradas com desconfiança e antipatia pelos espanhóis e portugueses” (HOLANDA, 1987, p. 9). Assim sendo, era notável certo repúdio à hierarquia feudal enraizada e toda moral fundada no culto ao trabalho, possivelmente sendo este traço um resquício da plena moral cristã-católica, onde o lucro é artifício celeberrimamente condenável, recebendo o status de “torpe”; Portugal e Espanha foram os países de relações mais próximas com a Igreja Católica, principalmente o território hispânico. Enquanto as nações europeias protestavam e defendiam o trabalho manual como fonte da salvação plena e enobrecedora, os países ibéricos não deixavam sua admiração à antiguidade clássica, onde o ócio tem mais valor do que a atividade prática e o trabalho é delegado aos que não tem escapatória.

A mentalidade da nascente burguesia mercantil se desenvolveu primeiramente na península ibérica, o que era esperado a partir das Grandes Navegações e gérmen do desenvolvimento do comércio mundial. Havia, ainda, uma frouxidão organizacional empírica que caracterizava uma inclinação à, mais uma vez, anarquia e à desordem, pois segundo o autor:

Não existe, ao seu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funde na excessiva centralização do poder e na obediência.(HOLANDA, 1987, p. 11)

Tais faculdades incutidas na história cultural portuguesa viriam, conseqüentemente, a ser difundidas também no futuro Brasil. Para Sérgio Buarque, a aparente e contraditória anarquia ibérica, que valorava a autonomia do indivíduo mas ao mesmo tempo instituía administrações ferrenhas, era tida como demasiadamente coerente pelos povos luso-

hispânicos, sendo a mais correta, assaz justa, acima da hierarquia feudal cuja base fundamental era a meritocracia e ademais privilégios. A nobreza portuguesa era muito flexível, o que o autor chamará de mentalidade moderna. Havia uma suposta igualdade entre os homens.

Segundo Holanda, os portugueses foram os primeiros a se bancarem no mar, porém a primordial efetividade de sua maior missão histórica era dúbia quando este alega:

Essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono. Dir-se-ia mesmo que se fez apesar de seus autores. (HOLANDA, 1987, p.12).

A afirmação acima esclarece que o empreendimento de dominar e civilizar as terras do Novo Mundo aconteceria com ou sem a presença lusitana, como foi feito na maior parte da América espanhola e mais acima, anglo-saxã. Para melhor explicar o espécime raro de colonização aqui vista, o autor usou-se de dois conceitos, projetos de indivíduo que podem ser encontrados em sociedade: um com olhar mais amplo, o aventureiro, e outro com olhar mais restrito, o trabalhador. O primeiro se joga ao mundo, impulsivamente, atrás de um objetivo que busca alcançar. O segundo traça um plano e enxerga todos os obstáculos a frente e não o triunfo a alcançar (Holanda, p. 13). No entanto, esses dois homens se fazem espectro, não existindo fora do mundo das ideias. Holanda defende que no papel de colonizador não houve muito espaço para o “trabalhador”, pois era necessário a coragem de se aventurar em territórios inóspitos, desconhecidos, de feitio do “aventureiro”. Através dessa concepção o autor defende a capacidade do povo português em colonizar o Novo Mundo, como nenhum outro, por seu estimado gosto pela aventura.

A economia escravista colonial nasceu como ferramenta pela qual a Europa conseguiu efetivar o uso da moeda e iniciar a criação de um lastro mercantil da atividade; apesar de extremamente eficaz preliminarmente, a atividade escravista minava o desenvolvimento do capitalismo moderno. O indígena não conseguiu se “adaptar” à escravidão, tornando o escravo africano imprescindível para o sistema colonial. O português buscava na colônia riqueza sem muito trabalho, preterindo o trabalho agrícola massivo à “boa vida” de senhor de terras. Nesse contexto a mão-de-obra escrava aparece como elemento fundamental da

organização da colônia, inaugurando “a primazia no emprego do regime que iria servir de modelo à exploração latifundiária e monocultora adotada depois por outros povos” (HOLANDA, 1987, p. 17). Com a abundância do fator terra, não havia preocupação em cuidar do solo, o que acarretou em sua precoce deterioração. Os portugueses se aproveitaram de muitas técnicas indígenas de produção, pois essas impunham menor esforço, já que “se há algum povo dado à preguiça sem ser o português, então não sei onde ele exista” (HOLANDA, 1987, p. 19), o que culminou na proteção dos índios e seu consequente afastamento das atividades escravocratas desde que estes produzissem em maior escala.

Tais características do povo lusitano, como a facilidade de convivência com demais povos, conotaram um domínio lasso, como o autor traz:

Entre nós, o domínio europeu foi, em geral, brando e mole, menos obediente a regras e dispositivos do que à lei da natureza. A vida aqui parece ter sido mais aqui incomparavelmente mais suave, mais acolhedora das dissonâncias sociais, raciais, morais. Nossos colonizadores eram, antes de tudo, homens que sabiam repetir o que estava feito ou o que lhes ensinara a rotina. (HOLANDA, 1987, p. 22).

Sérgio Buarque reconhece, também, a pré-miscigenação que os portugueses sofreram ainda na península ibérica ao fundir o sangue europeu ao bárbaro, mouro, assim como negro de outras aventuras. Assim sendo, havia a ausência total ou quase completa do sentimento de superioridade da raça, aquele que surgiria alguns séculos mais tarde principalmente nas nações anglo-saxãs. Eram estimuladas a miscigenação com a raça vermelha, dos índios, e desestimulada a mistura de brancos e negros, sendo esta por vez proibida através de lei formulada. Assim vale para a mestiçagem com os indígenas, que da mesma forma foi compelida ao acontecimento. Mesmo assim o autor afirma que tal ação governamental não diminuía o sentimento de solidariedade por parte dos brancos portugueses a nenhuma das outras raças presentes na colônia.

Sérgio Buarque de Holanda critica os colonos holandeses que não procuraram se fixar no Brasil, que mantiveram sua distância de qualquer contato com as demais etnias que aqui habitavam. Além disso, tais colonos trazem para o Brasil um aspecto que não se adequa aqui, que é a formação do seu caráter urbano, quase liberal, pois estes estimulavam “de modo prematuro, a divisão clássica entre o engenho e a cidade, entre o senhor rural e o mascate, divisão que encheria mais tarde quase toda a história pernambucana” (HOLANDA, 1987, p.

33).

Há, ainda, a ideia de que a própria língua portuguesa era mais fácil para os índios e negros, o que ajudou demasiadamente na colonização. Outro elemento que facilitou a comunicação colonial foi a Igreja católica, que tinha uma maneira de difundir a comunicação muito mais simpática do que as igrejas protestantes.

A estrutura da sociedade colonial é rural. Isso pode ser visto quando se analisa quem detinha o poder à época: os senhores latifundiários escravagistas. Dentro desse contexto, a abolição da escravatura aparece como um grande marco na história do Brasil. O autor conta que entre 1851 e 1855, era observado um notável desenvolvimento urbano, graças à construção das estradas de ferro, e que tal desenvolvimento esteve muito ligado à supressão do tráfico negreiro. Muitos senhores de terras eram contra a cessação do abastecimento de cativos africanos, o que resultara numa continuidade do mercado escravista, mesmo depois de abolido legalmente. O medo do término definitivo do comércio ilegal de escravos faz com que aumente o número de negros exportados para o Brasil até 1850, o que culminou em aproveitamento de capital oriundo do tráfico para aquisição de um novo Banco do Brasil.

O que se desenvolveu nos domínios lusitanos do Novo Mundo foram autarquias rurais de pura singularidade brasileira, centradas sempre nas famílias agrárias e seus diversos súditos quase apadrinhados, “organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas na Península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como centro de toda organização” (HOLANDA, 1987, p. 49). Assim, a entidade privada precede sempre a pública, tendo poder suficiente para perseguir os indivíduos mesmo fora da esfera privativa. Como resultado dessa comunidade doméstica baseada em laços afetivos e consanguíneos, houve o predomínio nítido da família em detrimento do Estado, relação naturalmente particularista e antipolítica.

A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se não de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e portanto deve ser rigorosamente respeitada e cumprida. (HOLANDA, 1987, p. 53)

Assim sendo, pode-se comparar a sociedade patriarcal tipicamente rural e o pouco desenvolvido semi-atrofiado meio urbano, havendo pouca distinção entre as grandes fazendas brasileiras e as aldeias europeias, e muita sendo a distância entre o precário ambiente das cidades americanas e europeias. No Brasil, assim como todas as particularidades já observadas e apontadas, há certas diferenças, principalmente no que tange o âmbito rural, a morada dos grandes. Incomumente, os senhores das grandes lavouras habitavam suas próprias terras, fugindo ao caso clássico, e apenas em ocasiões célebres se deslocavam de suas propriedades para as cidadelas adjacentes.

Os colonos brancos perpetuaram o juízo de que o trabalho físico não dignificava o homem, mas sim, nesse momento, houve o advento do trabalho intelectual. O sentimento de nobreza e a aversão ao trabalho físico saem da Casa Grande e invadem as cidades; o que explicita o quão difícil foi, durante a Independência, ultrapassar os limites políticos gerados pela colonização portuguesa.

Para Holanda, a vida da cidade se desenvolveu de forma atípica e retardada, sendo “o predomínio esmagador do ruralismo, segundo todas as aparências, foi antes um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores do que uma imposição do meio” (HOLANDA, 1987, p. 60).

As cidades eram instrumentos de dominação. “Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações de espírito e da vontade, na mesma medida em que se opõe a natureza” (HOLANDA, 1987, p. 61). Considerando a dicotomia concebida na era imperialista de vastas corridas coloniais, onde há basicamente dois tipos de colonização: por vias de exploração e/ou de povoamento. No caso português, o descaso com as terras descobertas poderia ser facilmente explicado por apenas um verbete: descaso. A Coroa espanhola deu caráter opositivo à portuguesa em seus empreendimentos coloniais, assegurando o predomínio militar, econômico e político nas terras descobertas e conquistadas; para a Espanha a América espanhola era uma extensão de seu território, em um ato definido da vontade humana.

Ao contrário disto, para Portugal as colônias eram grandes feitorais, com aparelhamento tímido e mal preparado para vencer até mesmo a natureza, de índole exclusivamente exploradora comercial, como ocorria na Antiguidade grega e fenícia. “Mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter

mais acentuado de feitorização do que de colonização. Não convinha que aqui se fizessem grandes obras, ao menos quando não produzissem imediatos benefícios” (HOLANDA, 1987, p. 74). Enquanto as demandas portuguesas se concentraram predominantemente na costa litorânea, evitando explorar o íntimo do território, a colonização espanhola preferiu adentrar as terras do interior e os planaltos.

O interior do Brasil não interessava à metrópole, por isso os portugueses criavam todo tipo de dificuldades às investidas para as entradas, receando a despovoação da marinha e abandono da costa. Foram emitidas cartas de doação de capitanias hereditárias que estipulavam a edificação junto ao mar, contendo a povoação a costa marítima. As bandeiras normalmente acabavam se transformando em roças, salvo casos esporádicos, como aconteceu com a descoberta de ouro. A partir de tal acontecimento, ocorre um afluxo maior de emigrantes além da faixa litorânea, que era habitada vastamente por uma única família indígena, de Norte a Sul, falando apenas um idioma, fato que facilitou ainda mais a permanência dos lusitanos juntos ao mar.

Mais uma vez em contrapartida ao que acontecia nas vizinhas terras hispânicas, os lusos estimularam no futuro Brasil a livre entrada de estrangeiros que se dispusessem a trabalhar, parecendo assim relativamente mais liberais do que os detentores da administração espanhola das colônias próximas. Assim, aponta o autor, que “o exclusivismo dos castelhanos, em contraste com a relativa liberalidade dos portugueses, constitui parte obrigatória, inalienável de seu sistema” (HOLANDA, 1987, p. 74).

Portugueses eram dotados de virtudes, sendo a coragem uma delas, mesmo podendo ser considerados, também, prudentes, preferiam agir de acordo com experiências passadas, tomando atitudes nem sempre coordenadas na execução de planos a serem seguidos até o fim. Portugal tinha relativamente maior flexibilidade social do que os domínios castelhanos – terras onde a tradição feudal fortemente enraizada prejudicava a ascensão social –, havendo um anseio de sua burguesia em se tornar parte da nobreza. Não havia tradição em Portugal nem orgulho de classe, todos queriam ser nobres. Nasce a “Nova Nobreza”, que era muito mais preocupada com as aparências do que com a antiga tradição. Historicamente, o alvitre de tornar-se nobre é vinculado a maior parte da população, aspiração que pode ser facilmente constatada no Brasil, mostrando que o papel da Igreja era o de “simples braço de poder secular, em um departamento da administração leiga”.

O autor trabalh brevemente com a questão da vida intelectual tanto na América espanhola como na portuguesa, mostrando que na primeira há maior desenvolvimento. Trata, também, da língua geral de São Paulo, que durante muitos séculos foi a língua dos índios, devido a forte presença da índia como matriarca da família. E por fim, fala da aversão às virtudes econômicas, principalmente do comércio.

Um dos mais interessantes conceitos trazidos por Sérgio Buarque de Holanda em sua obra *Raízes do Brasil* é o do “homem cordial”. O autor parte do princípio de que a família patriarcal é a fundação basilar da política e principal entrave à mesma. Para ele “não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição” (HOLANDA, 1987, p. 101). À exemplo e título explanatório, Holanda utiliza-se dos conhecimentos difundidos por Sófocles, em *Antígona*, onde contrapõe-se a ideia de abstrata e impessoal de cidade, encarnada por Creonte, que luta contra a solidez da família. No conflito clássico, Creonte não age em nome de sua vontade pessoal, mas da suporta vontade geral dos cidadãos da pátria, contra sua irmã, Antígona. Assim, chega-se ao ponto em que a percepção de que onde há família bem assentadas, sobre uma ideia sólida e bases firmes, principalmente as de tipo patriarcal, tende-se a lutar contra fortes restrições de formação e evolução da sociedade segundo conceitos atuais. Desse modo:

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje (HOLANDA, 1987, p. 105).

Na atualidade contemporânea, vê-se uma dificuldade nos homens detentores de posições públicas a capacidade de distinção entre o público e o privado. Falta neles o ordenamento impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. A contribuição brasileira para a civilização será então, o “homem cordial”. Cordialidade esta que não é sinônimo de civilidade e polidez, mas que vem de virtudes pessoais, faculdades espirituais, afinal “armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social e, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo” (HOLANDA, 1987, p. 108).

A impossibilidade que o brasileiro tem em se desvincular dos laços familiares a partir do momento que esse se torna um cidadão, gera o “homem cordial”. Esse homem cordial é aquele generoso, de bom trato, que para confiar em alguém precisa conhecê-lo primeiro. A intimidade que tal homem tem com os demais chega a ser desrespeitosa, o que o possibilita chamar qualquer um pelo primeiro nome, usar o sufixo “inho” para as mais diversas situações e até mesmo, colocar santos de castigo. O rigor é totalmente afrouxado, onde não há distinção entre o público e o privado: todos são amigos em todos os lugares. O Brasil é uma sociedade onde o Estado é apropriado pela família, os homens públicos são formados no círculo doméstico, onde laços sentimentais e familiares são transportados para o ambiente do Estado, é o homem que tem o coração como intermédio de suas relações, ao mesmo tempo em que tem muito medo de ficar sozinho. Essa é a herança lusitana a qual Sérgio Buarque de Holanda retrata.

2.3 O joio e o trigo: semelhanças e diferenças entre os autores trabalhados

Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre foram estudiosos da sociedade brasileira que buscavam, no passado do Brasil, explicações para o seu presente. Tanto *Casa Grande & Senzala* como *Raízes do Brasil* foram publicados na década de 30, período em que o Estado brasileiro passava por mudanças profundas econômicas e políticas. No plano econômico, com o estímulo do regime centralizador de Vargas à expansão das atividades urbanas, o eixo produtivo do país se desloca-se da agricultura de exportação para a incipiente indústria. No plano político, a Revolução de 30 possibilita a participação da classe média e da burguesia no cenário político nacional. Assim, o momento era difícil para a elite rural não só porque a agricultura perdia espaço: a emergência de uma classe média, do tenentismo, de uma recém-surgida burguesia e do movimento operário, todos estes setores insatisfeitos com a República Velha, contribuíam para a derrocada do regime. A oligarquia via seu poder esvaír-se na medida em que o fracasso da política do café-com-leite tornava-se evidente. A urbanização ocasionava o deslocamento do foco de poder das áreas rurais para as urbanas. Assim, as cidades deixavam de ser meros prolongamentos da grande propriedade, dando continuidade ao processo de decadência da oligarquia que se iniciava com a Independência política em 1822 e que atingia seu clímax com a Abolição da Escravatura, em 1888.

Ambos os autores abordados nesta análise queriam conhecer as peculiaridades da sociedade brasileira. Sérgio Buarque de Holanda constrói uma visão do Brasil através do confronto entre pares opostos, chegando a uma visão “média” do aspecto abordado eoptando pela busca do “meio-termo”. É o que acontece quando ele opõe: o ladrilhador e o sementeiro, ou seja, o espanhol, previdente e adepto do planejamento, e o português, desprovido dessas características; o trabalhador e o aventureiro, tipos ideais, sempre presentes, em maior ou menor medida, no indivíduo; o rural e o urbano; o estilo urbanizador espanhol e o português; o Estado e a família, pertencentes à esfera do impessoal e ao pessoal, respectivamente; burocracia e caudilhismo; etc.

É possível detectar dois eixos principais na argumentação construída por Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil*: um é o que diz respeito ao nosso tradicionalismo, e o segundo fala de uma revolução em pauta, que aponta para a urbanização do Brasil e para a constituição de um Estado burocrático em oposição à sociedade personalista que o precedia.

Tanto Freyre quanto Buarque de Holanda rompem com a ideia de que a miscigenação teria sido prejudicial à formação da raça brasileira. Enquanto o último rompe também com o enfoque das raças, concentrando-se mais em aspectos culturais do povo brasileiro, Freyre utiliza-se do conceito sem incorrer em determinismos raciais já superados na época, expondo várias causas para os eventos que aborda. Um exemplo disso é a maneira como explica o sucesso da colonização portuguesa no Brasil. Contribuíram para tal sucesso: a “bicontinentalidade” dos portugueses, tanto cultural quanto étnica; o fato de já terem experiência na colonização de territórios tropicais; a sua mobilidade; a sua miscibilidade, resultante da sua falta de orgulho de raça, por sua vez consequência do fato de já serem um “povo-misturado” de Europa e África; a sua aclimatabilidade, resultante do fato de as condições físicas de solo e de temperatura de Portugal serem mais parecidas com as da África do que com as da Europa (FREYRE, 1963). Os portugueses seriam, portanto, o povo mais adequado para a colonização dos trópicos, e Sérgio Buarque endossa essa tese.

Para Gilberto Freyre, a colonização do Brasil não poderia ter sido efetivada sem a contribuição do braço trabalhador do negro, isto é, sem a instituição da escravidão. Portanto, um clima de confraternização “sexual e social” reinava sobre o engenho. O branco, embora militarmente vencedor, teria tratado o escravo com ternura e condescendência.

Freyre ilustra essa tese com o exemplo das crianças de cores diferentes que brincavam juntas e da escrava que amamentava o bebê da mulher do senhor de engenho. Assim, não teria existido, em momento algum, um regime de apartheid social no Brasil. “Na casa grande, os escravos domésticos foram tratados com doçura – eram como familiares, pessoas da casa, com parentes pobres” (FREYRE, 1963, p. 77). Atribuindo um papel civilizador ao negro e instituindo um lugar na família senhorial para o escravo, Freyre justifica a escravidão e tenta apaziguar a situação no que diz respeito aos males e à violência inerentes a ela.

Mais preocupado com a formação da cultura brasileira propriamente dita, Sérgio Buarque aborda, logo no início de *Raízes do Brasil*, o evento da importação e implantação da cultura europeia em território americano. Para ele, este é, em nossa história, “o fato dominante e mais rico em consequências” (HOLANDA, 1987, p.31). O autor relega ao papel de plano de fundo a contribuição de outras culturas para a formação da brasileira: “De lá [da Península Ibérica] nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma.” (HOLANDA, 1987, p. 40)

Em sua obra, Buarque de Holanda descreve e analisa o que chama de “cultura do personalismo”. Herança portuguesa, o personalismo é traço peculiar à cultura ibérica, atribuído pelo autor não a determinismos biológicos ou climáticos, e sim ao fato de a consolidação dos Estados Nacionais ter-se dado mais cedo que a do resto da Europa – talvez cedo demais: “Não terá sido o próprio bom êxito dessa transformação súbita, e talvez prematura, uma das razões da obstinada persistência, entre eles, de hábitos de vida tradicionais, que explicam em parte sua originalidade?” (HOLANDA, 1987, p.36) A recusa da hierarquia e o individualismo ibéricos acabaram resultando, na sociedade brasileira, na cultura da invasão do público pelo particular, a frouxidão das instituições e a falta de coesão social da sociedade brasileira. O mesmo individualismo, segundo Sérgio Buarque, levaria os ibéricos – e, mais tarde, os brasileiros – a uma cultura de recusa do trabalho manual, já que este é a dedicação a algo exterior ao indivíduo. Outras características que os brasileiros herdariam da sociedade portuguesa: o amor ao ócio, o horror à submissão e a imprevidência.

Para Sérgio Buarque, esse personalismo teria contaminado até mesmo a religião:

Nosso velho catolicismo, tão característico, que permite tratar os santos com uma intimidade quase desrespeitosa e que deve parecer estranho às almas verdadeiramente religiosas, provém ainda dos mesmos motivos. A popularidade, entre nós, de uma santa Teresa de Lisieux – santa Teresinha – resulta muito do caráter intimista que pode adquirir seu culto, culto amável e quase fraterno, que se acomoda mal às cerimônias e suprime as distâncias. (...) No Brasil, (...) foi justamente o nosso culto sem obrigações e sem rigor, intimista e familiar, a que se poderia chamar, com alguma impropriedade, “democrático”, um culto que se dispensava no fiel todo esforço, toda diligência, toda tirania sobre si mesmo, o que corrompeu, pela base, o nosso sentimento religioso. (HOLANDA, 1987, p.149-150)

Sérgio Buarque de Holanda chama a atenção, também, para a maneira como as reformas sempre aconteceram no Brasil. Para ele, as revoluções aqui sempre aconteceram de cima pra baixo, ou seja, sem a participação de seu maior interessado: o povo. É bastante frequente, para ilustrar esta afirmação, o exemplo do povo que, em 1885, assistia bestializado à Proclamação da República, sem ter a menor ideia do que estava acontecendo. A massa

sempre esteve alheia às reformas. Para Buarque de Holanda, isso precisa mudar, sob pena de nunca termos movimentos reformadores dotados de legitimidade.

Sérgio Buarque expõe, ainda, o conceito do “homem cordial”. A “cordialidade” não é um sinal de boa educação, de bondade ou de submissão aos padrões de conduta impostos pelo meio. Ela é resultado de uma necessidade, de um “desejo de estabelecer intimidade.” (HOLANDA, 1987, p.148) O “horror às distâncias (...) parece constituir (...) o traço mais específico do espírito brasileiro” (HOLANDA, 1987, p.149).

Quanto ao ruralismo brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda afirma ser ele um resquício da colonização portuguesa. Os colonizadores não trouxeram nenhuma inovação em termos de agricultura, fazendo com que nossas práticas de plantio permanecessem atrasadas por longo tempo. O autor cita um episódio interessante a esse respeito: segundo ele, o frei Vicente de Salvador conta que, “quando mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer, nada lhe traziam, porque não se achavam dessas coisas na praça, nem no açougue, e que, quando pedia às casas particulares, logo lhas mandavam.” (HOLANDA, 1987, p. 81) Esse episódio também é citado por Freyre em *Casa Grande & Senzala*, e deixa bem clara a dependência que as cidades tinham do meio rural até mesmo para gêneros tão essenciais quanto os alimentares, cuja escassez Freyre também registra, culpando, por isso, a monocultura.

A autonomia da organização familiar colonial em relação ao seu exterior, portanto, não se restringia apenas aos bens de que necessitava para uso e consumo, mas se manifestava também no plano da definição das regras de conduta, sendo as transgressões passíveis das mais extremas punições. É evidente, assim, que o engenho constituía um Estado dentro do Estado (se é que existia realmente o último), pois possuía suas próprias normas de comportamento e, inclusive, uma Justiça paralela.

No entanto, para o autor de *Raízes do Brasil*,

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. (HOLANDA, 1987, p. 141)

Dessa forma, Buarque de Holanda refuta o pensamento romântico, de acordo com o qual as instituições do Estado seriam derivadas da família. Mais uma prova de seu rompimento com o determinismo é este trecho, segundo o qual:

O predomínio esmagador do ruralismo, segundo todas as aparências, foi antes um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores do que uma imposição do meio. E vale a pena assinalar-se isso, pois parece interessante, e talvez mais lisonjeiro à vaidade nacional de alguns, a crença, nesse caso, em certa misteriosa ‘força centrífuga’ própria ao meio americano e que tivesse compelido nossa aristocracia rural a abandonar a cidade pelo isolamento dos engenhos e pela vida rústica nas terras de criação. (HOLANDA, 1987, p. 92)

Aqui pode-se perceber mais uma divergência entre o pensamento de Freyre e Holanda, já que, de acordo com o primeiro, o ruralismo no Brasil foi imposto pelas circunstâncias, e não espontâneo. (FREYRE, 1963) O que os portugueses realmente queriam era um território de onde pudessem extrair riqueza facilmente sem ter que arcar com o ônus da colonização. O meio, no entanto, não o permitiu, obrigando os colonos a partir para a agricultura.

Entre Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, há um rompimento gradual com a preocupação com os aspectos biológicos da gente brasileira. O primeiro crê ser o personalismo o mal da sociedade brasileira: é um mal cultural e reversível. Gilberto Freyre, já sem preconceitos raciais, mas ainda preso a questões biológicas e ao conceito de raça, atribui à alimentação do período colonial, insuficiente em qualidade ou quantidade, as “deficiências” da raça brasileira. Essa insuficiência alimentar – atribuída por Freyre à monocultura latifundiária –, aliada à sífilis e outras doenças trazidas pelos europeus, acabaram afetando a eugenia brasileira. Para Freyre (196, p. 32), “muito da inferioridade física do brasileiro, em geral atribuída toda à raça, ou vaga e muçulmanamente ao clima, deriva-se do mau aproveitamento dos nossos recursos naturais de nutrição.” Assim, o regime alimentar do brasileiro explicaria as “importantes diferenças somáticas e psíquicas entre o europeu e o brasileiro”. (FREYRE, 1963, p. 33)

Um outro traço presente no pensamento de Freyre e ausente no de Buarque de Holanda é a ideia de “seleção natural”: o povo brasileiro seria privilegiado por um processo de melhoramento genético, “dada a liberdade que tinha o europeu de escolher entre dezenas de

índias. De semelhante intercurso sexual só podem ter resultado bons animais, ainda que maus cristãos ou mesmo más pessoas.” (FREYRE, 1963, p. 21)

Outra divergência entre o pensamento de Freyre e Buarque de Holanda é quanto às intenções dos colonizadores em relação ao Brasil: para o primeiro, os que vieram, vieram para ficar e construir algo duradouro e permanente, já para Sérgio Buarque, os portugueses só pensavam em fazer fortuna rápida na colônia para, em seguida, voltar pra Portugal para desfrutar seus ganhos. Tanto que, para ele, “a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um carácter mais acentuado de feitorização do que de colonização. Não convinha que aqui se fizessem grandes obras, ao menos quando não produzissem imediatos benefícios.” (HOLANDA, 1987, p. 107).

Ao contrário de Freyre, Sérgio Buarque queria conhecer o passado brasileiro para que pudesse superar a ideia de aristocracia, senhoril e elitista dialeticamente. Para ele, as características portuguesas de nossa sociedade são obstáculos ao seu desenvolvimento e somente a superação da herança cultural dos colonizadores permitirá o desenvolvimento do Brasil. Freyre, ao contrário, não quer superar o passado: lança sobre ele um olhar de nostalgia, de saudade dos tempos de glória da oligarquia, detentora de qualidades como coragem, bravura e habilidade, já que o Estado praticamente não agiu no sentido de colonizar o território. Para o autor, a colonização brasileira se deu “menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular”. (FREYRE, 1963, p. 4) A família colonial, “vivo e absorvente órgão da formação social brasileira”, foi responsável pela civilização da nova terra.

Graças a ela, “a colonização portuguesa no Brasil tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos da teocrática, idealizada pelos jesuítas”. (FREYRE, 1963, p. 23) A dívida do Brasil com essa classe, então, não é pequena. Sérgio Buarque, por sua vez, rompe com esse pensamento: para ele as elites brasileiras tratam o Brasil como os conquistadores portugueses: conquistam a sua população e depredam a natureza. Em Sérgio Buarque de Holanda, o Brasil não tem dívida alguma com as elites: precisa, aliás, livrar-se do domínio delas, do julgo do patriarcalismo, do personalismo que mina a burocracia e, conseqüentemente, a organização do Estado e da sociedade.

Através da abordagem da perspectiva de vários intérpretes de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda, percebemos que o pensamento dos dois historiadores são semelhantes em vários aspectos, apesar de divergirem quanto ao principal: a nostalgia de

Freyre em relação ao passado colonial se opõe radicalmente à esperança de Holanda no futuro e no desenvolvimento do Brasil, para o que é necessário romper de vez com a ideia de que uma volta ao passado resolveria nossos problemas e de que o país pertence às elites.

3. CONCLUSÃO

Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda foram dois intelectuais brasileiros cujas teses inovadoras, regidas por uma certa psicologia social em forma de prosa, são marcos basilares da análise da cultura brasileira. Doravante, é de extrema importância que sua contribuição fosse trabalhada neste diagnóstico da contribuição portuguesa à formação do Brasil.

Ambos foram, por seu turno, de acordo com suas concepções, ideólogos da Cultura Brasileira, na tentativa de explicá-la de acordo com as teses que ambos defendiam e em consonância com suas análises pessoais. Recebidos, efusivamente, pela crítica, nos anos 30, foram, no decorrer dos tempos, sendo reavaliados em seus conceitos.

Assim sendo, o presente trabalho, com sua comparação entre os dois, nos mais diversos aspectos de suas obras, cadencia de forma gradativa o contraste entre eles, trazendo à tona suas características semelhantes e díspares, de forma a concluir que há inegável historicidade corroborando as teses sociológicas dos autores, divergindo apenas no que tange os vieses de interpretação de cada um.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Ed. Rocco, Rio de Janeiro, 1986.

DÁVILA, Jerry. Raça, etnicidade e colonialismo português na obra de Gilberto Freyre. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 7, jul/dez, 2010, pp. 153-174.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1963.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1987.